

**DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO À FRAGMENTAÇÃO ARTICULADA DO TERRITÓRIO URBANO:
A CIDADE HISTÓRICA PARA ALÉM DOS LIMITES DO TOMBAMENTO – O CASO DE
DIAMANTINA (MG)¹**

Everaldo Batista da Costa*

RESUMO

No início do século XXI, Diamantina, um singular *enclave territorial* da mineração Setecentista, no Brasil, localizada no sertão de Minas Gerais, vive a lógica impactante da expansão do capitalismo e seletividade do capital, que a insere no *turbilhão* do turismo internacional após a conquista da chancela da UNESCO² (que a eleva a Patrimônio Cultural da Humanidade) e da implantação do polêmico Programa Monumenta (BID³ / República Federativa / Município). Logo, este artigo, ao apresentar, objetivamente, as reflexões desenvolvidas em pesquisa recente na área da Geografia Urbana, que teve como caso analítico Diamantina, tem por objetivo apontar para a urgência de se tratar as denominadas *idades históricas* brasileiras, tanto em abordagens de pesquisas científicas quanto na prática do planejamento territorial urbano, enquanto *totalidades inseridas na totalidade mundo*. Há de se considerar a *cidade histórica* no amplo território urbano que a encerra, ou seja, defende-se sua “sobrevivência” enquanto totalidade perpassada pela lógica capitalista do mercado global e a “perpetuação” de seus habitantes, ante um mundo que vive o império da fragmentação dos lugares pelas ações imediatistas das governanças urbanas. Assim, focar as cidades históricas para além dos limites do tombamento – quer seja em pesquisas científicas, quer seja na prática de seu planejamento – pode se constituir em potencial instrumento para a minimização dos impactos da *dialética da construção destrutiva* que envolve as cidades históricas brasileiras na atual fase do capitalismo, além de induzir à democratização (utopia?) dos bens culturais do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Mundial. Cidade Histórica. Valorização do Espaço. Planejamento Territorial Urbano. Diamantina.

**OF THE VALUATION OF THE SPACE TO THE ARTICULATED SPALLING OF THE URBAN
TERRITORY: THE HISTORICAL CITY STOPS BEYOND THE LIMITS OF THE FALLING - THE
DIAMANTINA (MG) CASE**

ABSTRACT

At the beginning of century XXI, Diamantina, a singular territorial enclave of the 700th mining, in Brazil, located in the hinterland of Minas Gerais, lives the amazing logic of the expansion of the capitalism and selectivity of the capital, that after inserts it in the eddy of the international tourism the conquest of the seal of UNESCO (that it raises it the Cultural Heritage of the Humanity) and of the implantation of the controversial Monumenta Program (BID/Federative Republic/City). Then, this article presents, objectively, the reflections developed in recent research in the area of the Urban Geography, that had as in case that analytical Diamantina, and it has for objective pointing with respect to the urgency of if treating the called Brazilian historical cities, as much in boardings of scientific research how much in the practical one of the urban territorial planning, while inserted

*Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (DETUR / UFOP). Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

in the totality world. It's necessary to consider the historical city in the ample urban territory locks up that it, that is, defends its "survival" while totality filled by the capitalist logic of the global market and the "perpetuation" of its inhabitants, in front of a world that lives the empire of the spalling of the places for urban the actions that demands a quick thought of governments. So, to focus the historical cities stops beyond the limits of the falling - either in scientific research, either in the practical one of its planning - consist in potential instrument of minimizing the impacts of the dialectic of the destructive construction that involves the Brazilian historical cities in the current capitalism phase, and inducing to the democratization (utopia?) of the world cultural goods.

KEY WORDS: World Heritage. Historical City. Valuation of the Space. Urban Territorial Planning. Diamantina.

Introdução – A cidade histórica enquanto totalidade urbana

Ao considerar a totalidade do território urbano de Diamantina (MG), ou seja, a cidade enquanto totalidade inserida no contexto global, evidenciam-se, sobremaneira, as ações público-privadas marcadamente concentradoras de capital, da estrutura urbana e de cuidados com o tecido urbano; essa concentração territorial do capital ganha relevo a partir de sua consagração como Patrimônio Mundial⁴, em 1999, e da implantação do Programa Monumenta⁵, em 2001; "eventos" (SANTOS, 2002) que propiciam a revalorização desta cidade histórica do sertão de Minas Gerais.

A análise geográfica da produção socioespacial de uma cidade histórica, hoje, deve abranger uma visão totalizadora do território urbano e não focada nos limites do núcleo tombado enquanto espacialidade tida por singular, excepcional e irreplicável, como se o mesmo explicasse por si só a realidade vigente a partir de suas formas pretéritas, de seus antigos e novos conteúdos. Este artigo aponta como problemática a análise sobre a cidade histórica que não leve em consideração a organização socioespacial fora do núcleo tombado. Uma abordagem nesse sentido pode não dar conta do entendimento das novas dinâmicas e relações propiciadas pelas "rugosidades" (SANTOS, 2002) presentes no próprio centro, que favorecem novos fluxos capazes de transformar a realidade e o

imaginário da população residente, não apenas no centro histórico, mas na cidade histórica como um todo. Uma análise focada e desarticulada pode não dar conta da realidade multidimensional e em movimento da formação de novas espacialidades acarretadas pelas novas estratégias do planejamento dessas cidades do interior brasileiro, no âmbito da Geografia.

Logo, analisamos a organização socioespacial de Diamantina (ampla porção do território urbano) a partir do entendimento de que a sociedade e sua dimensão espacial podem ser interpretadas através da espacialidade da política, da economia e da cultura, de maneira correlacional e dialética. Uma abordagem da espacialidade da economia (sobretudo, quando a cultura torna-se objeto de mercantilização, nas cidades) força-nos a discorrer sobre a "valorização do espaço"; a espacialidade da política, que remonta ao delineamento do poder, dirige a análise para a questão da "dominação do espaço"; já a espacialidade da cultura, que se estabelece enquanto espaço da consciência, exige uma abordagem sobre a "representação do espaço". Dessa maneira, seja através da valorização do espaço, da dominação do espaço ou da representação do espaço, o que se pretende frisar é que esse contexto acaba por particularizar, exigindo um método de análise numa perspectiva histórica dialética que, no limite, redunde no reconhecimento da formação do território urbano, com uma ênfase política que articula valorização e representação (há de se considerar as três análises conjuntamente,

pois representam uma simultaneidade contraditória). Logo, o entendimento da organização socioespacial de Diamantina não se restringe ao âmbito da política, da economia ou da cultura, mas na imbricação das três abordagens para o melhor entendimento das espacialidades sociais, de sua realidade no atual momento histórico.⁶

Para Moraes (2000, p. 47), enquanto a valorização do espaço aparece como o horizonte teórico genérico de indagações da Geografia, a formação territorial desenha-se como o objeto empírico de uma pesquisa, o ajuste de foco na ótica angular de captar o movimento histórico próprio da geografia humana. Segundo o autor, é uma abordagem que busca apreender a valorização do espaço em manifestações únicas sincronicamente analisadas, logo, em processos de formação de territórios singulares. "Transita-se, assim, da vaguidade da categoria 'espaço' ao preciso e objetivo conceito de 'território'. E nesse, ou melhor, em sua construção, às determinações mais especificamente econômicas se associam às injunções do universo da política e da cultura".

Nesse contexto, vale-se, aqui, da ideia de que o processo de organização do espaço é resultado exclusivo das ações e do *trabalho humano*, que incorpora e cria valor, valor no espaço e valor do espaço⁷, de acordo com Moraes e Costa (1996) e Moraes (2000). Isso nos leva a crer que a análise geográfica da organização socioespacial de Diamantina, hoje, remete-nos ao que Milton Santos denominou para o espaço como uma "acumulação desigual do tempo", onde a divisão territorial e a divisão social do trabalho são as forças capazes de criar novas formas e de dar novas funções a objetos que incorporam novos conteúdos. São forças reestruturantes e reorganizadoras de uma cidade que, no passado, representou o território dos diamantes da metrópole portuguesa, que adotou medidas drásticas de controle territorial (sem igual na história colonial) e que teve, ao longo de sua história, a extração de diamantes como principal atividade econômica. Atualmente, a cidade é evidenciada como um novo "enclave

territorial" alcançado pela "indústria cultural" por meio do turismo⁸.

Partindo da valorização do espaço – que representa uma análise mais abstrata das ações e relações capitalísticas inerentes ao processo mercantil que envolve a refuncionalização de patrimônio cultural⁹ – identifica-se a fragmentação do território urbano (enquanto particularidade) quando se têm os bairros de entorno ao centro com variados e sérios problemas socioespaciais, que vão desde infra-estrutura urbana, como iluminação pública, falta de água, esgoto, pavimentação, equipamentos de serviços diversos etc. até precárias moradias e elevado índice de desemprego, além da transformação do imaginário de seus residentes em relação ao seu patrimônio, à sua cultura e à sua cidade.

Deve ficar claro, também, que a problemática que norteou a pesquisa cujo presente artigo sintetiza é a de que as ações voltadas ao centro histórico de Diamantina (em especial, após sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial e da implantação do Programa Monumenta) constituem-se em "eventos" (SANTOS, 2002) que redundam em uma política de patrimônio que desvia a atenção pública e recursos de problemas mais amplos, sobretudo, fora do núcleo tombado, o que afeta as condições de vida da população local, ressignifica "valores" e produz um território urbano fragmentado. Em pesquisas de campo, foi identificada uma população que clama pela atuação do poder público municipal na periferia, enquanto todas as ações estão voltadas para o centro da cidade, na atual gestão do município, o que demonstra limites e possibilidades do planejamento urbano em Diamantina e a confirmação da problemática da pesquisa.

Os gráficos elaborados (que serão apresentados) a partir da tabulação dos dados colhidos por ocasião das entrevistas (que apresentam uma clara contradição entre a retórica capitalística dos agentes públicos e o clamor sublelado dos habitantes locais), somados à observação empírica, oferecem-nos uma dimensão da realidade socioespacial de Diamantina, no sertão mineiro, num momento

em que a cidade é projetada mundialmente por via do turismo cultural e recriada como uma mercadoria singular e irreplicável.¹⁰

Açambarcado pela *cenarização progressiva do patrimônio* [sobre esse processo, ver Costa (2009) e Costa e Scarlato (2008)], o centro histórico de Diamantina vem sendo destinado à troca, cada vez mais seus modos operantes de usos são subordinados ao mercado, o patrimônio é condicionado à privatização e à lógica do neoliberalismo,¹¹ o que se reflete na totalidade do território urbano, que configura uma cidade dual.

De acordo com Santos (2007, p. 79-80), no mundo de hoje, cada vez mais as pessoas se reúnem em áreas mais reduzidas, como se o habitat humano minguasse. Isso permite experimentar, através do espaço, a escassez. Para Milton, a ânsia de se utilizar, mercadologicamente, um dado território, não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos. É essa fragmentação a identificada em Diamantina, onde as oposições [centro "valorizado" x periferia "precarizada"] e também [habitantes locais esperançosos por uma vida digna x turistas ávidos pelo consumo da paisagem] são agravadas pela correlação dos pares dialéticos uso / troca, "preservação" / mercantilização, e Estado / mercado; os últimos, constituindo-se como influência da eficácia de vetores hegemônicos externos que promovem políticas de organização do espaço urbano capazes de transformar a realidade e a representação do espaço para diferentes grupos sociais locais.

Deve-se considerar que a forma de rebatimento da desigualdade no espaço construído da cidade, logo, depende de como este pode favorecer a acumulação do capital e tem sua geografia própria estabelecida dentro do processo histórico. Para Valença (2006), a cidade é, em diferentes formatos e intensidades, desigual, abrigando seletivamente ricos e pobres. Há de se considerar, ainda, que essa seletividade – que se traduz em segregação espacial, conforme Valença (2006) – também é a tradução no espaço de

segregação social cuja natureza é tanto econômica, fruto de um desenvolvimento desigual e combinado, como de outras diferentes ordens. Tal segregação espacial, como no caso de Diamantina, quase sempre é muito fácil de se verificar, trata-se de um fenômeno visível a olhos nus. "A cidade é repartida – toda ela – por delimitações tanto físicas quanto simbólicas" (VALENÇA, 2006, p. 185). Isso nos remete à questão de que a cidade torna-se cada vez mais importante para a acumulação de capital em geral – produção e consumo de mercadorias e reprodução da força de trabalho – como a produção do espaço urbano é parte nada desprezível dessa acumulação, que se mostra desigual no território. Logo, as ações dirigidas à cidade seguem, cada vez mais, a lógica de sua transformação em mercadoria.

As atuais ações sobre o patrimônio edificado no centro histórico de Diamantina esboçam uma política de preservação que visa ao desenvolvimento de um "sistema simbólico" que se adapta às estruturas do sistema capitalista, de acordo com a dinâmica de consolidação de práticas e valores de consumo a partir da apropriação dos bens culturais metamorfoseados em "capital simbólico" (HARVEY, 2005). Ao se considerar o Programa Monumenta em Diamantina (Patrimônio Mundial e mercadoria global), fica patente a dialética da "preservação" patrimonial que se dá simultaneamente às ações relativas à nova economia urbana capitalista (gerida pelo Estado e pelo mercado), que reproduz o centro da cidade e rebate sobre o território urbano num contexto mais amplo. A cidade histórica não deve ser entendida ou contemplada apenas pelo centro histórico ou o núcleo urbano tombado, restrita a um perímetro de tombamento; essa deve ser a contribuição do olhar geográfico sobre as cidades antigas brasileiras.

A dualidade da "valorização" do centro histórico frente à "precarização" da periferia: fator de transformação da realidade e do imaginário do diamantinense - uma questão de produção socioespacial capitalística

Para se considerar a cidade histórica (Diamantina) enquanto totalidade urbana, parte-se da análise da organização socioespacial de três bairros mais periféricos da cidade, a fim de se identificar como o par dialético "preservação" / "mercantilização" favorece o ordenamento do espaço urbano de maneira mais abrangente, ou seja, na tentativa de se compreender como as atuais ações públicas transformam a realidade (condições materiais) e o imaginário (consciência do espaço) do habitante local. Busca-se superar a enorme dificuldade encontrada na obtenção de dados oficiais sobre a periferia de Diamantina, por meio da pesquisa empírica, nas quais valemos de levantamentos de campo, com destaque para as entrevistas semiestruturadas realizadas com agentes públicos e o

questionário aplicado junto à população residente. A análise enfoca os bairros Palha, Rio Grande e Bela Vista (ver mapa a seguir), bairros periféricos dos mais carentes de Diamantina, com evidentes problemáticas socioespaciais, o que remete à dualidade da "valorização" do centro histórico frente à "precarização" da periferia como fator de transformação urbana e organização socioespacial capitalística. A foto 01, abaixo, indica o sítio original de Diamantina e uma parte da mancha urbana que se desenvolve a partir do mesmo, espalhando-se de norte a sul e de leste a oeste; o que esboça a necessidade de se pensar a preservação de patrimônio em um contexto que incorpore o território urbano enquanto totalidade e não fragmentado ou particularizado na delimitação da área tombada.



Foto 01: Panorâmica do centro histórico de Diamantina e seu arredor, a uma altitude de 1400 m, na Serra do Espinhaço. Foto: PMMG.

Antes de se lançar um olhar geográfico crítico sobre a periferia de Diamantina, há que retomar algumas propostas do Plano Diretor, elaborado em 1999, o que é relevante para a análise, pois oferecem uma dimensão da concepção que se tem de planejamento, na cidade, por parte da governança urbana.

Os responsáveis pela elaboração do Plano Diretor de Diamantina, finalizado em 1999, assumem, em sua introdução, que o documento representa a última etapa da campanha iniciada em 1997 pela elevação da cidade a Patrimônio Cultural da Humanidade, e que "sintetiza o conjunto de medidas e normas que os poderes públicos e a comunidade, através de seus representantes na Câmara, comprometem-se a adotar para a preservação de nossas riquezas históricas, arquitetônicas e naturais e para o planejamento de nosso desenvolvimento urbano futuro" (PREFEITURA MUNICIPAL, 1999). Prossegue a introdução do documento: "Às vésperas de um novo século, um novo milênio, é com orgulho que a cidade de Diamantina está a um passo de conquistar o seu reconhecimento internacional pela UNESCO. Este título, arduamente buscado nos últimos anos, abrirá certamente novas perspectivas para o desenvolvimento econômico, cultural e social não só de Diamantina, mas do Vale do Jequitinhonha, de Minas Gerais e do Brasil. E em nome do povo de nosso município, a Câmara dos Vereadores mostrou o seu compromisso com estes objetivos maiores aprovando o Plano Diretor".

É perceptível, na introdução do documento, que a maior preocupação em sua elaboração estava na conquista da chancela da UNESCO e menos no comprometimento com um planejamento que atingisse, de forma objetiva e prática, a periferia da cidade (a cidade histórica enquanto totalidade urbana), apesar de focar, *teoricamente*, a ampla porção do território da cidade. Mais uma vez, identifica-se o compromisso do Estado com as *necessidades*, sobretudo, de uma classe; o planejamento, historicamente, não chega à periferia, é feito das elites para as elites, o que resulta em modelos segregacionistas de planejamento

urbano, quando poderia se constituir em um potencial instrumento de melhoria da qualidade de vida de toda população local.

Fica claro que o Plano Diretor de Diamantina estabeleceu-se como um documento fundamental de orientação do poder público e da iniciativa privada, em especial, como um instrumento primaz para a inclusão da cidade na Lista do Patrimônio Mundial (o que é positivo para Diamantina [apesar de permanecer no plano teórico para a periferia], uma cidade de mais de 40.000 habitantes que adentraria o século XXI sem o mesmo). Consta como seus objetivos: 1) garantir as funções sociais da cidade e a propriedade imobiliária urbana; 2) melhorar a qualidade de vida dos habitantes, indicando áreas que devem receber especial atenção do município, minimizando desigualdades na distribuição dos equipamentos e serviços urbanos¹²; 3) garantir a preservação do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico através de restrições à construção dentro das áreas oferecidas à UNESCO para Patrimônio Cultural da Humanidade e tombada pelo IPHAN, e da regulamentação de uso e ocupação fora desta área¹³; 4) conter a expansão da área ocupada de forma desordenada e imprópria, buscando alternativas para a ocupação indesejada.¹⁴

O Plano prescreve a forma de ordenamento da ocupação e do uso do solo urbano, ações para a manutenção das funções sociais da propriedade, diretrizes para proteção da memória e do patrimônio cultural, diretrizes do sistema viário e de transportes, diretrizes relativas ao meio ambiente, diretrizes gerais da política de saneamento, diretrizes da política habitacional e diretrizes para a localização de equipamentos de grande porte e interesse social.

Sobre o zoneamento, que trata da ocupação e do uso do solo urbano, ele estabelece oito áreas a saber:

- Zona de Preservação Rigorosa – ZPR – que corresponde ao Perímetro de Tombamento do IPHAN, dentro do qual se insere perímetro

oferecido a UNESCO para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial;

- Zona de Preservação Complementar – PC – que corresponde às áreas que não apresentam grandes contrastes e discrepâncias com relação à ZPR, integrando-se a imagem urbana do Centro Histórico;

- Zona de Proteção do Centro Histórico – ZPCH – que é constituída pelas áreas urbanizadas que envolvem o Centro Histórico, à nordeste;

- Zona Residencial – ZR – que abrange as áreas de tipologias residenciais consolidadas, confrontantes com a ZPCH;

- Zona de Contensões das Ocupações – ZCO – que abrange as áreas de interferência visual indesejável na paisagem, que deverão ter sua expansão e adensamento contidos;

- Zona de Urbanização Prioritária – ZUP – que abrange diversas áreas descontínuas de urbanização precária, nas periferias do tecido urbano.

- Zona de Grandes Equipamentos – ZGE – que abrange uma faixa de 100 m de largura para cada lado, a partir do bordo da pista de rolamento da rodovia BR 367, da Reserva do Pau de Fruta até o trevo de Biribiri;

- Faixa de Reserva – FR – que abrange ambos os lados do Rio Grande e Ribeirão da Palha, e dos córregos da Prata e Pururuca, e é destinada à implantação de tratamento sanitário e paisagístico da calha dos referidos cursos d'água e à implantação de novas vias de circulação.

Note-se que o Plano, *teoricamente*, abrange a totalidade do território urbano de Diamantina (sobretudo as áreas de ocupação "indesejada") dando significativa ênfase ao centro histórico, de forma que a Zona de Preservação Rigorosa, a Zona de Preservação Complementar e a Zona de Proteção do Centro Histórico constituem, conjuntamente, áreas cujas diretrizes visam aos cuidados com o núcleo tombado. Na prática, a teoria é outra; decorridos dez anos, realmente, espera-se o momento *ideal* para que ocorra "o planejamento (...) do desenvolvimento urbano futuro da cidade"; espera-se, ainda, o momento certo para se

contemplar com o planejamento todo o território e toda a população local. Logo, a elaboração do Plano Diretor em 1999, em Diamantina, aponta-nos para uma ação pública que visa, inicialmente, a atender às necessidades de expansão do capitalismo e de reprodução do capital, com a refuncionalização dos bens culturais.

Para Castells (1975, p. 209), os problemas urbanos, isto é, os processos sociais de consumo coletivo, são, em muitos aspectos, dos problemas essenciais postos às sociedades industriais avançadas. Como, no fim das contas, o que está em jogo é a questão de se o sistema social é ou não capaz de absorver o ritmo das mudanças impostas, os problemas devem ser tratados por instituições público-administrativas, pelo Estado, e geridos em termos de previsão, com expectativas para um longo prazo. "A problemática do urbano coincide cada vez mais com a do planejamento urbano" (CASTELLS, 1975, p. 209).

A análise da organização espacial de Diamantina remete-nos a um complexo emaranhado de usos da terra justapostos entre si. Áreas são definidas pelos seus usos, como o centro histórico, local de lazer para o turismo, de comércio, de serviços e de gestão, apresentando, ainda hoje, funções múltiplas historicamente estabelecidas; o turismo e o turista é que, gradativamente, "ganham espaço", em relação às outras atividades e sujeitos sociais. O centro histórico de Diamantina constitui-se, ainda, em um espaço complexo de vivência referencial para o diamantinense (isso revela a incipiência do processo de mercantilização do patrimônio em Diamantina, o que confirma a problemática da pesquisa de que a "valorização do espaço" na cidade ganha relevo a partir de sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial e da implantação do Programa Monumenta, no início do século XXI, quando cidades como Ouro Preto e Tiradentes já estavam profundamente refuncionalizadas pela atividade turística (COSTA e OLIVEIRA, 2008)). A cidade também apresenta, de forma desconcentrada, pequenas indústrias e áreas residenciais diversas em

termos de forma e conteúdo social (um olhar a partir da periferia), o que nos remete a um território urbano, dialeticamente, fragmentado e articulado.

Ao indagarmos o secretário de turismo de Diamantina, Walter Cardoso França Júnior, sobre o risco de a cidade, nos próximos anos, ver agravadas suas problemáticas socioespaciais, no que diz respeito à "cenarização" e segregação do residente, do centro, como se identifica em Tiradentes e Ouro Preto (COSTA e OLIVEIRA, 2008), o mesmo foi taxativo: "Acredito que sim, o risco é natural, isso ainda não é muito evidente, isso pode acontecer"¹⁵. Já o coordenador do Programa Monumenta, Carlos Emanuel considera que não é possível, devido ao grande fluxo diário de moradores para o centro da cidade. A postura contraditória de ambos agentes públicos revela-nos visões de mundo distintas e pontos de vista díspares sobre o que vem ocorrendo em Diamantina, mesmo sendo ambos agentes públicos diretamente envolvidos com a busca do desenvolvimento do turismo na cidade. O primeiro, com uma visão de longo prazo, crê na possibilidade do centro histórico de Diamantina tornar-se um cenário banal, onde o residente não tenha vínculo direto com território central da cidade, uma vez que já é evidente a saída de moradores do centro; já o segundo, com uma visão mais imediatista, não crê nessa possibilidade, dada a complexidade da atual dinâmica que ronda o centro histórico. "Não é possível, porque o cotidiano da população de Diamantina está ligado ao centro histórico, tanto que ali você tem um banco, uma transportadora, um forte comércio, você encontra com as pessoas nas ruas, caso diferente de Tiradentes, onde baixou Rio de Janeiro e São Paulo. Sobre reassentamento de residentes ou retorno da população para o centro histórico, no caso de Diamantina, não tivemos nem desapropriação nem o reassentamento, com o Monumenta. Eu sei que há intervenções que há necessidade de retirar o pessoal, não é o caso de Diamantina. O comércio de Diamantina é antigo, não temos um centro histórico vazio, tem vida própria, tem

uma movimentação cultural intensa, que a iniciativa parte da população e não somente pela prefeitura, o Monumenta foi assimilado por segmentos da prefeitura, pois a prefeitura não podia onerar seu quadro com arquiteto, engenheiro, economista, exclusivos para o Monumenta"¹⁶.

Para Corrêa (2005, p. 07), o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, de forma que cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidades desiguais; no entanto, a fala dos agentes públicos de Diamantina remete-nos à desarticulação das ações de organização do espaço; as mesmas não contemplam as transformações urbanas atuais de Diamantina, sobretudo, no que diz respeito à situação socioespacial da periferia da cidade; as atenções estão voltadas para o centro histórico, de forma objetiva e pontual.

Nessa cidade histórica, a articulação do território urbano, as relações socioespaciais, podem ser identificadas, empiricamente, através do intenso fluxo de veículos no pequeno centro histórico (o que se constitui em uma séria problemática), por meio do deslocamento cotidiano identificado nos bairros residenciais, da locomoção para os distintos locais de trabalho, visitas a parentes e amigos, busca de locais para o lazer, etc

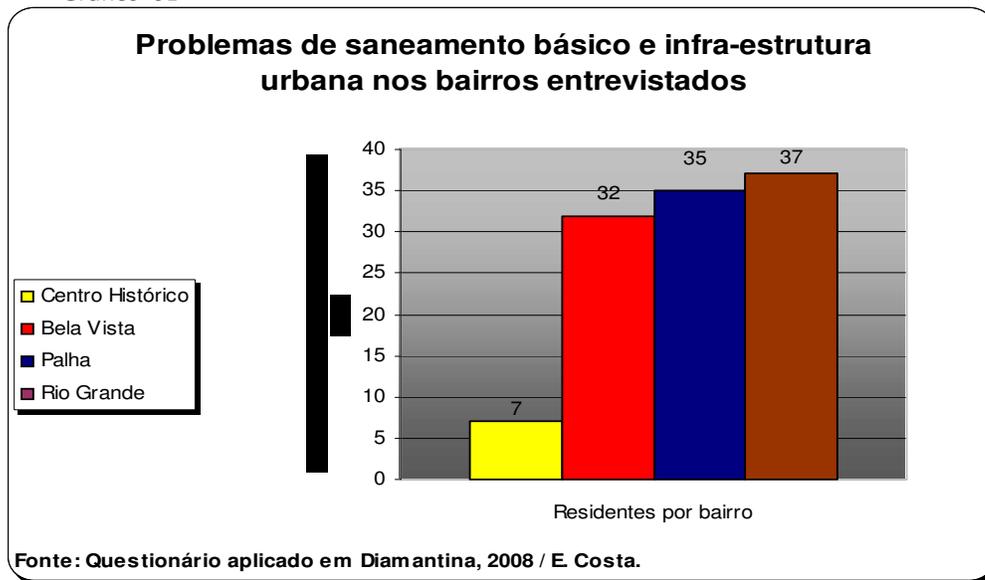
O centro histórico aparece também, conforme a função estabelecida por Corrêa (2005) para um centro urbano, como núcleo de articulação da cidade, o nó de uma pequena rede, de forma que as relações espaciais integram, diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado. Logo, pode-se considerar, dialeticamente, o espaço urbano de Diamantina como fragmentado e articulado. Logo, confirma-se a problemática da pesquisa, de que as atuais ações voltadas para o centro histórico de Diamantina redundam em uma política de patrimônio que desvia a atenção pública e recursos de problemas mais amplos, sobretudo, fora do núcleo tombado, o que vem afetando as condições de vida da população local,

ressignificando “valores” e produzindo uma cidade altamente fragmentada, o que caracteriza a dialética da fragmentação articulada mencionada por Corrêa (2005). “O espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes (...) é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente (...) a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista (...) O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à

cidade, à cidadania plena e igual para todos”. (CORRÊA, 2005, p. 08-09).

As pesquisas de campo contribuíram para o desvendamento da vigente fragmentação articulada do território urbano, ao se considerar, comparativamente, o centro histórico e os bairros Palha, Rio Grande e Bela Vista, os três últimos desprovidos de diversos equipamentos de infra-estrutura, saneamento básico e assistência pública, que aparecem concentradas no centro da cidade e seu entorno (o mapa apresentado anteriormente delimita esta área). A análise do gráfico 01 confirma essa assertiva, quando se tem a grande maioria dos entrevistados nos três bairros da periferia apontando variadas problemáticas socioespaciais em seus respectivos espaços de vivência, em contraponto à população residente

Gráfico 01



Mais uma vez, fica notória a contradição existente em Diamantina entre a retórica capitalística dos agentes públicos e o clamor sublevado dos habitantes locais. Enquanto a população dos bairros Rio Grande, Palha e Bela Vista apontam a “precarização” de seu território

pela negligência dos agentes públicos em relação aos seus espaços de vida, emerge uma retórica descabida por parte dos detentores do poder. De acordo com o atual Prefeito de Diamantina, Gustavo Botelho Júnior, quando o questionamos sobre sua análise dos principais

problemas socioespaciais existentes na cidade e sobre a "turistificação" do centro histórico, diz-nos que, "Não temos nenhum problema [socioespacial], a administração falha por falta de planejamento [assume a falta de planejamento], principalmente agora, nestes últimos dois anos. Se você verificar a periferia, está toda asfaltada, e todas casas de alvenaria, inclusive casas boas; e quem trouxe isso foi o turismo, que deu emprego a estas pessoas que são oriundas do garimpo. A Universidade Federal, agora, de 2005 para cá, está em Diamantina, ajudando no desenvolvimento, criando. Por isso falo na falta de planejamento, agora que o turismo e a universidade juntos aumentaram muito a demanda, e não estávamos preparados para um desenvolvimento tão grande, e estávamos sem preparo do quadro técnico, e não estávamos estruturados para este desenvolvimento repentino, foi tão grande esse desenvolvimento, que transformou a vida da população. Diamantina é considerada pelo governo federal como Indutora do Turismo Internacional, Diamantina foi escolhida, em Minas Gerais juntamente com Ouro Preto e Tiradentes. Sobre o PRODETUR, a comunidade era chamada para participar de numa reunião; sobre uma das coisas que discutimos, percebi que havia uma divisão entre um grupo que considerava o centro histórico um atrativo turístico e outro grupo dizia que não é um atrativo porque não se pode vender. Com certeza absoluta deve-se vender, porque o município de Diamantina, desde sua origem, vivia da extração de diamantes e até pouco tempo atrás 70% da economia do município girava em torno da extração dos diamantes, hoje é o turismo".¹⁷

A fala do prefeito remete-nos à – utopia!? – de uma cidade que não apresenta problemas socioespaciais, a uma cidade que tem no turismo a atividade que vem favorecendo o ordenamento do território urbano por si só, bem como a melhoria da qualidade de vida da população local, sem planejamento (essa postura contraria nossas análises de campo e teórica). Contudo, a fala do atual secretário de turismo, Walter Cardoso França Júnior, contradiz

o próprio prefeito, pois considera Diamantina, uma cidade com sérios problemas urbanos, o que o faz crer no potencial do turismo para a melhoria da qualidade de vida do diamantinense. "O pessoal que está no entorno de Diamantina, distritos¹⁸ e periferia, passam por muita dificuldade. Diamantina não tem muito que oferecer em termos de emprego. O turismo é uma nova chance e as pessoas começam a enxergar isso porque está dando dinheiro. Surgiu uma Vesperata com mil coisas que eu sou contra, bom, mas é um detalhe, mas é um produto que enche a cidade e se a enche, o hotel pode se manter, o que faz contratar mais, ele amplia espaço, o posto de gasolina vende mais, o artesanato vende mais, e isso vai aquecendo e fazendo aparecer a visão de que eu posso sobreviver disso".¹⁹

Ao ouvir os residentes nos bairros Palha, Rio Grande e Boa Vista, fica latente a lógica do ponto de vista do secretário de turismo de Diamantina, que reconhece o processo de "precarização" da periferia (foto 02), onde aparecem como principais problemáticas apontadas pelos moradores: a falta de água, sobretudo em períodos de grandes eventos; esgoto a céu aberto; precariedade das vias públicas; ausência de telefones públicos; ineficiência dos transportes públicos coletivos; falta de segurança pública, descaso com a limpeza de ruas e praças, além do grande desemprego (visivelmente, os bairros Rio Grande e Palha são dois dos bairros mais carentes de Diamantina). Também fica nítida a insatisfação dos moradores em relação à inexistência, por exemplo, de comércio e serviços em geral, em seus bairros, de forma a serem obrigados a se deslocarem, para diversos fins particulares, ao centro histórico e arredores, que ainda guarda suas funcionalidades. Fica nítida a insatisfação pelo ônus desse deslocamento, nesses bairros mais pobres.

De acordo com Haesbaert (2004, p. 315), a pobreza está associada à disponibilidade de recursos (em sua acepção mais ampla), o que inclui a própria dimensão espacial, ou seja, o território como "recurso", inerente à nossa reprodução social. O autor

parte do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda "exclusão social", é também, em algum nível, "exclusão socioespacial" e, por extensão, "exclusão territorial", o que Haesbaert denomina "desterritorialização" em um sentido "forte", ou aquele que pode ser considerado o mais estrito, a desterritorialização como "exclusão, privação e /ou precarização do território enquanto 'recurso' ou 'apropriação' (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade". Para o autor, assim como não há uma situação completa de exclusão social, também não há a completa



privação territorial, isto é, a desterritorialização num sentido absoluto, a não ser como espaços que são vedados à territorialização.

Haesbaert continua sua análise citando José de Souza Martins, que prefere utilizar o termo "inclusão precária", em vez de "exclusão social". Martins critica a noção de "exclusão" como um estado ou situação fixa, que "substitui a idéia sociológica de processos de segregação" e que ignora a "reação da vítima, isto é, sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que exclui o que representa a sua concreta integração". Ao concordar com o autor, considera-se, aqui, o processo enquanto *segregacionista*.



Foto 02 e 03: Bairro Rio Grande, de ocupação desordenada, no entorno do centro histórico, com gravíssimos problemas de infra-estrutura urbana. As casas foram construídas em meio às pedras. Foto do autor / fev. 2008.

Planejamento territorial urbano e do turismo, para quem?

A atual política de patrimônio em Diamantina evidencia o negligenciamento do território, pois é tratado na ótica "econômica e economicista da atividade turística" (CRUZ, 2005). O Estado participa, ativamente, na transformação do espaço social em produto de consumo, com o Programa Monumenta. De acordo com Cruz (2005, p. 35), duas problemáticas afloram no tratamento do

território para o turismo; a primeira diz respeito à própria negligência com a qual é tratado; a segunda está ligada ao insustentável discurso das diminuições das desigualdades regionais com a implementação da atividade, como se o turismo, uma atividade setorial, fosse capaz de reverter, por si só, desigualdades historicamente criadas. Logo, o turismo, por si só não é capaz de reverter as realidades históricas das desigualdades sócio-regionais. Segrega, ainda

mais, um turismo sem um devido planejamento (CRUZ, 2005, p. 35).

É de bom tom considerar que a atividade do turismo tem algo de perverso em sua natureza, como aponta Cruz (2005). Só faz turismo quem tem condições para isso (expressa diferenças sociais) e não são todos os lugares escolhidos para o seu desenvolvimento. O capital é extremamente seletivo do ponto de vista espacial; para Cruz (2005), o é ainda mais quando atrelado ao turismo, uma vez que o espaço é seu objeto de consumo. Nesse sentido, a escolha dos lugares para o estabelecimento dessa atividade redundava em uso e também em negligenciamento do território, dialeticamente: "De um lado, enquanto se prioriza os territórios eleitos pelo turismo com obras e normalizações de uso, se negligencia outras porções do território, abandonadas à própria sorte" (CRUZ, 2005, p. 39), é o que se identifica através de uma fragmentação articulada entre um centro em vias de "valorização" e uma periferia em processo de "precarização", em Diamantina.

Sendo o turismo uma atividade incipiente na cidade histórica do sertão do norte de Minas e considerando que seu planejamento urbano, na prática, está ligado às necessidades de uma classe específica voltada para um território pontual, torna-se mister a indicação de Campos Filho (1992, p. 47). Para o autor, hoje, há uma reivindicação crescente nas cidades, a de o poder público atender ao direito a uma vida segura, com estabilidade no emprego, e a um ganho correspondente estável, em que o progresso pessoal decorra de um jogo político limpo, em busca da apropriação da riqueza gerada (deve, o diamantinense, fazer frente ao poder público na exigência da implementação de políticas públicas que promovam a redistribuição da renda oriunda do turismo que vem se apropriando, privativamente, de um patrimônio mundial que é - ou deveria ser - apropriado de forma coletiva). Também, deve-se enaltecer o próprio direito de reivindicar e fazer greves gerais, o que ainda não é plenamente reconhecido. Deve-se reivindicar, ainda, os

trabalhadores, o acesso à educação em todos os níveis. "A saúde tem de ser assegurada também e, para isso, é fundamental que a alimentação básica seja obtida através do trabalho em horário normal" (CAMPOS FILHO, 1992, p. 47).

Com a análise posta até o momento sobre o território urbano de Diamantina, identifica-se, mais uma vez, que o planejamento faz-se como um processo político-ideológico, que exprime anseios, desejos, angústias e visões de mundo dos agentes que o conduzem; tem-se, desta forma, a rendição dos sujeitos aos pressupostos neoliberais, a centralização descentralizada, a negligência do espaço urbano em favor do mercado, a fragmentação articulada do território urbano.

Nesse sentido, o território urbano pode ser definido a partir de suas desigualdades, quando são estabelecidos "enclaves de prosperidade", nas cidades; processo que ocorre de forma desequilibrada, dado o despotismo do capital hegemônico que o fragmenta. Para Santos (1999), o capital torna-se cada vez mais autoritário, vestindo uma máscara da bondade e do equilíbrio, camufla suas contradições imanentes, transformando o território quando posto em ação.

As entrevistas com os agentes públicos de Diamantina (prefeito, secretário de turismo, coordenador do Programa Monumenta / Diamantina e com o chefe do Escritório Técnico do IPHAN / Diamantina) revelam uma retórica em que a cidade tem como norte o desenvolvimento do turismo, a geração de renda para o município e a melhoria do saneamento básico, num momento em que o garimpo do diamante deixa de ser a principal fonte de renda da população. Contudo, verifica-se que as ações que buscam alcançar esses novos objetivos são estabelecidas desarticuladamente, o que dificulta, em nosso entendimento, a operacionalização da organização socioespacial urbana para o alcance dos mesmos. Segundo Corrêa (2003, p. 84) não é com *remendos* somente na organização espacial da cidade, que se resolve

a questão das desigualdades socioespaciais postas historicamente. Há de se mudar a partir da prática e das relações daqueles que assumem o papel de agentes do destino de uma sociedade, de seu próprio destino e modeladores de seu espaço; há de se moldar o homem novo de uma sociedade que se retrata cada vez mais desigual.

O atendimento concreto da melhoria das condições de vida que deveria ser assegurada, nas cidades, é dificultado enormemente pela forma como está organizado o seu espaço, especialmente devido à especulação com a terra, segundo Campos Filho (1992). E é dificultado, também, pelas estruturas político-administrativas que impedem, ou não fazem a menor questão, de atender o direito do cidadão em participar da gestão da sua cidade [aqui se defende, por exemplo, a gestão participativa da cidade, ou o Plano Diretor, verdadeiramente, participativo, que transcenda a retórica de agentes públicos inescrupulosos – é uma proposta que se faz clara na Convenção do Patrimônio Mundial, no Memorando de Viena, na Recomendação de Nairóbi e cartas analisadas em Costa (2009)].

A questão da infra-estrutura urbana e do saneamento básico aflora em Diamantina no momento de sua maior visibilidade internacional, ao ser consagrada como Patrimônio Mundial. A Fundação João Pinheiro desenvolveu, em 2004, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha que traz informações fundamentais sobre a capacidade institucional e municipal das cidades da região; informações que possibilitam enquadrar Diamantina no contexto regional e ratificar as observações de campo que levam a identificar uma cidade progressivamente dual.

O quadro 01, abaixo, oferece-nos informações preciosas sobre a capacidade institucional das administrações municipais das cidades do Pólo Turístico do Jequitinhonha, do qual faz parte Diamantina. A situação geral dos municípios é calamitosa, onde o planejamento urbano e o provimento de infra-estrutura de

obras e serviços apresentam-se com baixa capacidade para todo o Vale do Jequitinhonha. A maior contradição identificada no quadro, porém, encontra-se no descaso ao provimento de políticas culturais e de apoio ao turismo para todo o Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha (como se desenvolver um turismo sério, gerador de renda para a coletividade, sem o estabelecimento de tais políticas?). A análise qualitativa do quadro 01 demonstra uma desarticulação e a falta de critérios sociais no planejamento urbano dessas cidades do interior, onde, na esperança do lucro e de renda fáceis, as ações são pontuais e favorecedoras do estabelecimento de funções e formas espaciais distintas para sujeitos específicos; ações que promovem atividades e criam materialidades concentradas, o que favorece a dinamização espacial da segregação (as ações que acompanham o Monumenta, em Diamantina, são exemplares).

Quadro 01:

Capacidade institucional das administrações municipais dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

CAPACIDADE INSTITUCIONAL	BAIXA (1-4)	MÉDIA (5-6)	ALTA (7-10)
a) Desenvolvimento institucional	X		
b) Finanças municipais	X		
c) Planejamento urbano e infra-estrutura de obras e serviços:			
– Política urbana	X		
– Obras públicas		X	
– Política de transportes	X		
d) Saneamento, preservação ambiental e saúde:			
– Saneamento	X		
– Preservação ambiental	X		
– Saúde		X	
e) Desenvolvimento e integração social:			
– Educação		X	
– Esporte e lazer		X	
– Políticas culturais e de apoio ao turismo:			
– Desenvolvimento e ação social	X		
– Infra-estrutura de abastecimento alimentar	X		
f) Desenvolvimento econômico e do turismo	X		

Fonte: Prefeituras Municipais
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Segundo o prefeito de Diamantina, “O desenvolvimento do turismo, a geração de renda e o saneamento básico são prioridades da prefeitura. No artesanato, por exemplo, sedemos uma parte da Secretaria de Cultura para um grupo de 17 artesãos; com 8 meses

criaram uma associação e tinham 101 associados, o apoio da prefeitura foi oferecer o espaço físico e orientação via SEBRAE. Hoje temos vários projetos, mas continuamos dando o apoio a este projeto. Hoje, a gente apóia pouco, não há necessidade, pois a associação já dá conta de se sustentar, os distritos também possuem esses grupos de artesãos que foram apoiados pela prefeitura”.²⁰

O quadro 02, a seguir, também da Fundação João Pinheiro, traz os principais problemas urbanos identificados nos municípios do Vale do Jequitinhonha, o que revela um problema regional de gestão urbana que envolve a melhoria da qualidade de vida da população do norte de Minas Gerais. A fala dos moradores de Diamantina, juntamente com a observação de campo, remetem ao descaso municipal para com o saneamento básico e com

a infra-estrutura urbana como sendo duas das principais problemáticas socioespaciais enfrentadas pelo diamantinense. A Fundação João Pinheiro ratifica, mais uma vez, ratifica nossa análise, ao trazer como os principais problemas urbanos da cidade os córregos sem canalização, a habitação e o saneamento, principalmente esgoto sanitário. Diamantina apresenta todos os problemas de esgotamento sanitário possíveis, de acordo com o quadro 03, que se sucede ao seguinte. De acordo com o prefeito, “O bairro Rio Grande foi ocupação desordenada; hoje, está sendo urbanizado, é um dos bairros que tem mais investimento em urbanização. Estamos investindo em praças, na captação de água da serra e na despoluição do córrego, porque la é onde recebe o esgoto, é uma das ações que estão sendo desenvolvidas, de saneamento”.²¹

Quadro 02:

Principais problemas urbanos verificados nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS URBANOS
Capelinha	Ocupação desordenada, destruição de matas, poluição de córregos e rios. O município possui relevo bastante acidentado, ficando o centro da sede alagado no período das chuvas.
Couto de Magalhães de Minas	O turista reclama contra a existência chiqueiro na cidade e a falta de açougues da data de validade nos queijos e de tratamento da água e do esgoto na sede.
Diamantina	Córregos sem canalização, habitação e saneamento, principalmente esgoto sanitário.
Felício dos Santos	Falta de saneamento básico, com a população resistindo à possibilidade de concessão à COPASA. Falta de recursos para a elaboração do Plano Diretor.
Itamarandiba	Enchentes provocadas por lixo nas vias públicas.
Minas Novas	Loteamentos e desmembramentos irregulares, invasões, necessidade de uma ETE e de redes de extensão de água.
São Gonçalo do Rio Preto	Alinhamentos e traçado do sistema viário.
Serro	Os loteamentos da periferia são irregulares, impedindo a cobrança de IPTU. Na periferia da sede e na zona rural, há incidência de doença de chagas. O problema é agravado pela precariedade das habitações existentes. Há necessidade de ampliação do sistema de abastecimento de água e saneamento rural.
Turmalina	Crescimento desordenado e poluição ambiental. Falta de infra-estrutura, principalmente rede de esgoto. Problemas urbanísticos de toda ordem.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: COPASA= Companhia de Saneamento de Minas Gerais; ETE= Estação de Tratamento de Esgoto; IPTU= Imposto Predial e Territorial Urbano.

Há cidades, segundo Campos Filho (1992, p. 52), que pelo menos, num esforço gigantesco, procuram, com seus poucos recursos, levar a infra-estrutura de serviços urbanos e equipamentos comunitários à periferia; são cidades obrigadas a estendê-los muito mais do que seria necessário, caso não houvesse, ou

houvesse, terrenos baldios em quantidade razoável. “Um governo urbano cada vez mais pobre, enfrentando cidades cada vez mais caras: essa é a realidade preocupante que nós, brasileiros, temos que enfrentar” (CAMPOS FILHO, 1992, p. 52).

Quadro 03:

Principais problemas de esgotamento sanitário nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Capelinha	Poluição dos córregos e rios; necessidade de construção de fossas sépticas nas fazendas e sítios.
Couto de Magalhães de Minas	Tratamento de esgoto da sede.
Diamantina	Todos os problemas.
Felício dos Santos	Contaminação dos lençóis d'água pelo sistema de fossas.
Itamarandiba	Todos os problemas. O município não dispõe de recursos para resolver.
Minas Novas	Poluição dos córregos e ausência de ETE na sede.
São Gonçalo do Rio Preto	O sistema de esgotamento sanitário implantado, inclusive com uma ETE, atualmente desativada, não produziu os resultados e benefícios esperados.
Serro	Necessidade de ampliação da rede de esgoto na sede, de construção de interceptores na sede, ETE na sede; construção de rede com ETE nos distritos, menos Pedro Lessa; saneamento de povoados e população rural com fossas sépticas individuais e coletivas.
Turmalina	Poluição do rio Araçuaí.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: ETE = Estação de Tratamento de Esgoto



Fotos 04 e 05: Descuido com o tecido urbano, nos bairros Rio Grande e Palha.
Fotos do autor / fev. 08.

Segundo Campos Filho (1992, p. 47), atender ao direito mínimo do cidadão urbano, que é o habitar com dignidade, está se tornando

importante reivindicação política dos movimentos sociais urbanos. Isso significa ter o cidadão uma casa, ainda que singela, com

transporte para o trabalho, algum lazer, os serviços essenciais à saúde, como água potável, com a drenagem da água, tanto insalubre como a destruidora de sua moradia (enchentes), e os serviços necessários à sua segurança, como ruas bem iluminadas e transitáveis durante todo o ano.

Ao se considerar a proposição de Campos Filho, aferi-se que Diamantina apresenta um espaço urbano desigual e mutável dada a própria política pública de patrimônio adotada; o Estado, juntamente com os agentes de mercado, frente aos grupos sociais segregados, constituem-se nos principais modeladores do espaço urbano. O Estado e o mercado buscam na valorização simbólica um adendo para a valorização econômica do espaço central da cidade, criando uma "cidade empreendimento de última geração" (ARANTES, 2002, p.16) com ênfase no retorno ao planejamento, que segundo a autora, não veio para corrigir o antiurbanismo anárquico. Ao contrário, esse novo planejamento veio para agravar ainda mais as problemáticas socioespaciais urbanas, desde que governantes e investidores passaram a desbravar a fronteira do poder e do dinheiro – no negócio das imagens. "O 'tudo é cultura' da era que parece ter sido inaugurado nos idos de 1960 teria, pois, se transformado de vez naquilo que venho chamando de culturalismo de mercado" (ARANTES, 2002, p. 16). O espaço urbano de Diamantina é produzido focalizando-se esculturas, praças, objetos arquitetônicos de alto valor simbólico incorporado, atraindo capitais e estruturando a obrigatoriedade de um trajeto pré-estabelecido, são zonas favorecidas que incorporam o capital cultural, na ilusão que forja não somente um esperado futuro promissor para uma classe determinada, mas precariza a situação urbana e de vida de pessoas menos esclarecidas e menos favorecidas social e espacialmente.

Quanto aos grupos sociais segregados, os últimos modeladores do espaço urbano, vivem as diferenças aos acessos aos bens e serviços produzidos socialmente. Corrêa (2005) considera marcante no espaço urbano a

diferenciação no padrão das habitações, onde poucos possuem uma renda para pagar uma moradia decente (foto 06). Há uma grande sintonia da segregação, da fragmentação do território urbano, com a subnutrição, com o baixo nível de escolaridade, com o desemprego, com o subemprego e com o emprego mal-remunerado. Para Corrêa (2005, p. 30), esse grupo torna-se um agente modelador do espaço na produção de favelas (terrenos públicos ou privados), a despeito de outros agentes; vê-se uma luta pela sobrevivência frente às diversidades que encontram grupos recém-chegados do campo ou provenientes de áreas urbanas reformuladas pelo mercado, que lutam pelo direito à cidade. "Como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos, é o mesmo que se dá com os transportes. O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente (...) A quem pode um candidato a cidadão recorrer para pedir que faça valer o seu direito ao entorno (...) ? A própria existência vivida mostra a cada qual que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos". (SANTOS, 2007, p. 65)



Foto 06: Habitações precárias, entre as pedras, no bairro Rio Grande. Foto do autor / fev. 08.

Os bairros Palha e Rio Grande, principalmente, estabelecidos em terrenos inadequados aos outros agentes de produção do espaço (como o da foto 06, acima), devido às encostas íngremes e áreas alagadiças, aos poucos e de forma incompleta recebem o insuficiente de infraestrutura da municipalidade. Normalmente, a verba pública ou os investimentos só são destinados à periferia ou à parte do território urbano desprovido de capital fixo, sob a forma de assistencialismo, em caso de catástrofes naturais ou forte reivindicação popular, em lugares cujos habitantes organizam-se frente aos setores públicos. Conforme Carlos (2006), o urbano é, por excelência, o lugar das contradições, dos confrontos, das lutas pelo espaço e da imposição de classe.

Os problemas urbanos de Diamantina, apontados neste artigo, agravam a situação de vida da população, vê-se que a ilusão de que o desenvolvimento da atividade turística favorece a melhoria das condições sociais, de forma coletiva, transforma-se em uma retórica que busca o apaziguamento dos ânimos sociais frente a um processo que segrega social e espacialmente. Segundo Campos Filho (1992), o conjunto dos problemas sociais urbanos vai empurrando o trabalhador de baixa renda para posições cada vez mais periféricas na estrutura urbana, muitas vezes não lhe restando outra possibilidade que a aquisição de terrenos na zona rural (uma inversão de fluxos populacionais, agora, da cidade para o campo). Esse processo de periferização física e social acaba por distanciar ainda mais a família pobre do emprego, do comércio melhor e mais barato e dos serviços públicos de melhor qualidade, da educação, saúde e lazer, que são gratuitos, ou seja, não são pagos pelos salários, isso, quando já existentes em seu lugar de morada.

Logo, o novo planejamento urbano estratégico assume uma política cultural que não diz respeito à totalidade da experiência social, mas na segmentação dos privilegiados. De acordo com Meneses (1999, p. 95), há uma *visão concentradora de cultura* que se consubstancia no centro histórico, por exemplo. O termo centro, de cara, induz à ideia da existência de uma

periferia. Considerar a cultura localizada apenas no centro é desconsiderar o que não é central, o que acontece em Diamantina, no nosso entender; a cultura que se cultiva no território que se mostra desprovido das condições dignas de sobrevivência é a da pobreza e a da miséria, o que acaba por transformar o imaginário do residente em relação à sua cidade histórica, representada pelo centro em processo de *turistificação*. "A musealização da cidade e dos centros históricos, ocorre em lugar da 'culturalização' de todo espaço urbano; as ruas de lazer e outros enganosos paliativos aos desequilíbrios da vida contemporânea caem também nesta perspectiva" (MENESES, 1999, p. 95).

Planejadores, políticos e promotores culturais trabalham em conjunto para produzirem ou estabelecerem um consenso social sobre as estratégias culturalistas; assumem papel preponderante a mídia e a propaganda na veiculação local e internacional das vantagens oriundas do desenvolvimento turístico, aparecem como os principais benefícios oriundos da atividade, de acordo com as informações disseminadas, a geração "exorbitante" de empregos, a melhoria da qualidade de vida para a população local e o desenvolvimento do "capital" cultural para a população local. Assim, pode-se considerar a proposta de Scarlato (2005), para quem é preciso se trabalhar a cidade não somente no plano de sua materialidade, mas também no da subjetividade; quer dizer, a sociedade não só produz, historicamente, formas espaciais, condições de sobrevivência, mas também reproduz, no seu imaginário, as representações simbólicas da cidade

O planejamento urbano estratégico, como instrumento de classe, que atua, objetivamente, nos lugares "especiais" da cidade (uma de suas limitações) não nos deixa crer na argumentação de uma vertente para a qual a cultura desceu de seu pedestal elitista, bem como saiu de seu confinamento populista, expandindo-se e infiltrando-se por todos os domínios relevantes nas arenas econômicas, sociais e políticas, reconstituindo-as segundo as

regras de novos formatos culturais, utilizados por sua vez, como recurso de valorização nos respectivos âmbitos (cultura para as massas?). Precisa-se concordar com Arantes (2002, p. 47), o acesso à cultura ainda é elitizado e direcionado a uma classe específica.

Para colocar termo à *dialética fragmentária de uma construção destrutiva* que assola as cidades históricas, analisadas à luz da relação entre a valorização do espaço, a dominação do espaço e a representação do espaço, operacionalizadas por sujeitos sociais com distintas visões sociais de mundo urge a transcendência de uma luta urbana que deve focar a cidade como um todo e o indivíduo total, onde os segregados unam-se em favor de uma causa comum. Para Milton Santos, em "O espaço do cidadão", as ações que têm também por base intelectual e ideológica comportamentos corporativos têm eficácia reduzida, ou nenhuma, na formulação da consciência social e como contribuição válida ao desenvolvimento social. Conforme o autor, "Marx, em *A Ideologia Alemã*, já lembrava o perigo de os indivíduos de uma mesma classe se tornarem inimigos na concorrência internamente travada entre eles próprios, em lugar de se organizarem para se exprimir eficazmente contra a classe dominante, cuja condução da sociedade impede que as classes dominadas busquem seu caminho via uma ação conseqüente". (SANTOS, 2007, p. 99)

Á guisa de conclusão: a dialética necessária ao planejamento

É evidente a dualidade da "valorização" do centro histórico frente à "precarização" da periferia como fator de transformação da realidade e do imaginário do diamantinense, constituindo uma questão de produção socioespacial capitalística. Nesse sentido, verifica-se que o poder público colabora para a supervalorização de certas áreas, para o melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações e dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações e o enobrecimento de áreas *especiais* da cidade.

Em um território urbano onde a localização dos serviços essenciais é deixada ao sabor da lógica do mercado (ou da mercantilização de patrimônio), verifica-se uma tendência geral para que as desigualdades sociais aumentem. Ao empobrecimento pela economia, isto é, pelo mercado, junta-se o empobrecimento pela desorganização do território por inação do poder político.

Somos favoráveis à análise de Castells (1975) sobre o planejamento urbano, pois, pode se definir, em geral, como a intervenção do sistema político sobre o sistema econômico-social, na esfera de um conjunto socioespacial específico; intervenção encaminhada para *regular* o processo de reprodução da força de trabalho (consumo de bens e serviços) e o da reprodução dos meios de produção (produção de bens e serviços), superando as contradições postas no interesse geral da formação social cuja subsistência procura assegurar. Sabendo que a intervenção no espaço urbano está necessariamente sujeita à matriz social que a gera e a circunscreve, urge a implementação da gestão participativa nas cidades históricas do interior brasileiro, especialmente, nas cidades nas quais o turismo mostra-se incipiente, como é o caso de Diamantina. Sua abordagem teórica e prática deve ter como azimute a busca da totalidade da cidade histórica inserida no contexto mais amplo de reprodução do capitalismo e seletividade do capital.

Este artigo sintetiza a resposta ao nosso problema da pesquisa, no qual se buscou entender como a "preservação" de patrimônio cultural reflete na organização socioespacial de Diamantina, uma cidade do sertão de Minas Gerais. Por de uma abordagem *crítica*, verificou-se que o par dialético "preservação" / "mercantilização" favorece a produção de um território urbano dividido quando as ações do poder público voltam-se para o centro da cidade e negligenciam o processo de "precarização" vigente e ascendente na periferia. Ao focar a cidade histórica enquanto a área delimitada pelo tombamento, pecam pesquisadores e governanças urbanas; o possível caminho para

a preservação incontestemente dos bens culturais do mundo encontra-se na busca do entendimento e da minimização das problemáticas socioespaciais na totalidade da cidade histórica inserida na "totalidade mundo" (SANTOS, 2002).

Fica claro que, mais uma vez, o planejamento não chega à periferia, é feito pelas elites para as elites; o que se tem é mais um modelo segregacionista de planejamento urbano, quando poderia surgir como em um potencial instrumento de melhoria da qualidade de vida de toda população diamantinense. Logo, lançamos um olhar geográfico sobre Diamantina reconhecendo a dialética da fragmentação articulada instaurada no território urbano, pois a especulação do centro histórico parece depender da "precarização" da periferia, mesmo constituindo o centro em um lugar primaz na vida de todo diamantinense, pois seu imaginário aponta para a transformação dos significados que esse espaço tem para si, agora como espaço do turismo e do lazer para os *forasteiros*. Nem tão articulado, nem tão somente fragmentado, a leitura geográfica do território urbano de Diamantina aponta para a limitação do acesso público aos bens culturais e lugares coletivos; a cidade, de forma incipiente, é açambarcada pela lógica do turismo enquanto uma atividade que rebate, negligentemente (na falta do devido planejamento), sobre o espaço social. No limite, essa análise aponta para o que denominamos *dialética da construção destrutiva* na consagração do Patrimônio Mundial (simultaneamente, símbolo de cultura e de mercadoria; cultura urbana enquanto valor de uso que é minimizada pela mercantilização que a recria e a maximiza como valor de troca), baseado na leitura de David Harvey, Milton Santos e Antônio Carlos Robert Moraes, principalmente, que nos legam uma crítica marxista que apresenta com propriedade e coerência a idéia de um desenvolvimento desigual e combinado da sociedade, argumentando que o capital constrói, destrói e reconstrói os lugares à sua semelhança. Sobre tudo a cidade histórica do interior, transforma-se, contemporaneamente, em função das funcionalidades do capital; mais

do que isso, a necessidade de reprodução do capital busca nas singularidades e irreplicabilidades do urbano (Diamantina Patrimônio Mundial *universelle exceptionnelle*) um adendo para a "valorização do espaço" agora metamorfoseado em "capital simbólico".

Assim, o planejamento torna-se o primeiro e o principal instrumento favorecedor da transformação da cidade histórica em mercadoria, ao passo que deveria possibilitar uma maior articulação entre agentes públicos e sociedade civil para se pensar o direito de todos à cidade e a preservação dos bens culturais do mundo de forma social, espacial e democraticamente integrada, verdadeiramente participativa, que por falta de vontade política não pode ser implementada. *Os centros históricos não são as cidades históricas, mas parte integrante e fundamental do que as encerra*, são o símbolo primeiro da formação urbana e territorial brasileira. O planejamento deve, assim, tratar a cidade histórica enquanto totalidade urbana, minimizando a distância material e simbólica do núcleo tombado para seus residentes, valorizando e reconhecendo, simultaneamente, os aspectos mais amplos e contraditórios da *urbes* e das múltiplas relações que a dão sentido enquanto *locus* da vida e da morte, do sagrado e do profano, do efêmero e do permanente, do bem e do mal, da memória e do esquecimento, da preservação e da mercantilização, do público e do privado, por fim, do *centro* e da *periferia*, dialeticamente.

Notas

¹ Este texto reproduz as reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado do autor intitulada "A *dialética da construção destrutiva* na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina (MG)", orientada pelo Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato e defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), em 19 de Janeiro de 2009.

² Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

³ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁴ O procedimento de inscrição de um bem na lista do Patrimônio Mundial demanda duas fases distintas. Na primeira, o Estado interessado inventaria o bem cultural e aplica as medidas necessárias para sua proteção. Na segunda, a solicitação da inscrição do bem cultural é submetida ao exame e à deliberação do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico), cujo comitê defere ou rejeita a proposta de inscrição do bem (Silva, 2003). No caso de Diamantina, foi proposta pelo governo federal por intermédio do Ministério das Relações Exteriores mediante dossiês encaminhados ao ICOMOS, instruídos com o nome do patrimônio e dos bens que o constituem, sua localização geográfica, as medidas de proteção e a justificativa de seu "valor universal excepcional".

⁵ O Programa Monumenta representa um paradigma no campo da política de patrimônio cultural, no Brasil, fruto da operacionalização do capital sobre o território, tendo como principais agentes de produção do espaço: o Estado (esfera municipal, estadual e federal) conjuntamente aos agentes de mercado (cujo expoente é o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, que financia o Programa). A partir dessa operacionalização, identifica-se o rebatimento do Programa sobre o território, o que nos dá subsídios para a análise da dialética do uso e da troca, da "preservação" / "mercantilização" e da "construção destrutiva" que envolve os bens culturais do mundo, de forma particular em Diamantina. O Programa Monumenta constitui-se em uma síntese da trajetória das fases de produção do patrimônio cultural no Brasil da gênese colonial do patrimônio à sua cenarização progressiva contemporânea, fruto do avanço da globalização e da necessidade de reprodução do capital [para um aprofundamento nesta análise, ver Costa (2009)].

⁶ Valorização, dominação e representação são ações que se materializam no processo histórico de produção do território urbano, em Diamantina. Hoje, as ações destinadas à busca da chancela da UNESCO e à implantação do Programa Monumenta simbolizam a imbricação de ações políticas e interesses econômicos voltados para a mercantilização do patrimônio cultural, de forma que o urbano assume uma nova representação no imaginário do residente. Sobre essa relação imbricada, foi discutida, teoricamente, em aula proferida pelo Prof. Dr. Antônio Carlos Robert Moraes, aos alunos do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, no Departamento de Geografia da USP, no dia 25 de setembro de 2007; disciplina: Formação Territorial e Teoria em Geografia Humana.

⁷ Moraes e Costa (1996) e Moraes (2000) definem o "valor no espaço" como aquele criado pelo trabalho, onde o espaço torna-se o receptáculo da produção material, de forma que a diferenciação do trabalho acumulado sobre áreas distintas define o valor real. Assim, a produção instala-se no espaço valorizando nesse a localização e a distância; "é um valor criado", segundo os autores. Contudo, torna-se relevante em nossa abordagem o "valor do espaço", enquanto um valor que é transferido aos objetos durante sua criação ou enquanto um valor que é atribuído a objetos pré-existentes; o "valor do espaço" é transferido no processo de trabalho para o produto "através das características próprias de cada lugar" (MORAES e COSTA, 1996, p.122), o que ocasiona uma heterogeneidade na produção e apropriação dos lugares, onde singularidades são estabelecidas através do trabalho humano; valores distintos são atribuídos a estruturas socioespaciais distintas.

⁸ Pode-se considerar que o turismo em Diamantina cumpre o importante papel de articulá-la com o mundo, considerando-o um fenômeno complexo que envolve outros fenômenos sociais, culturais e econômicos da sociedade contemporânea. Cruz (2003) deixa

claro que os usos determinantes de dados territórios pelo turismo, acarretam diferentes tipos de fluxos de capitais, informações e pessoas; fluxos determinados fora do lugar, por pontes entre o local e global, que dinamizam o espaço. Silveira (1997) também considera uma nova lógica de fluxos numa nova era econômica mundial, que produz o turismo, onde novas formas de circulação dos bens, do dinheiro, das idéias, dos comandos, das modas e novas formas de consumo acabam por gerar novas formas de produção. "No período técnico-científico-informacional, as formas de consumo não-material e, entre elas, o lazer, aumentam e se disseminam no território. Esse parece ser, hoje, o contexto da *produção do turismo*." (SILVEIRA, 1997); contexto da atual dinâmica econômica de Diamantina.

⁹ O centro histórico de Diamantina é envolvido por uma lógica que recria singularidades e irreplicabilidades em prol de se alcançar a renda de monopólio, analisada por Harvey (2005), num processo que se dá ante a cenarização progressiva do patrimônio (COSTA e OLIVEIRA, 2008).

¹⁰ "A cidade, natureza transformada e artificializada pela ação social, acumula nos seus artefatos o tempo humano. A mudança de postura ideológica da sociedade em relação ao seu patrimônio cultural revela novos universos simbólicos que perfazem um processo contínuo de alterações de valores." (LUCHIARI, 2005, p. 96).

¹¹ Acredita-se que a crítica à mercantilização do patrimônio cultural deve se fundamentar em um posicionamento que leve em consideração o *movimento dialético entre o valor de uso e o valor de troca*. Essa fundamentação teórico-metodológica baseia-se na crença de que, hoje, há a mercantilização total de um valor de uso civilizatório, que é a cidade (ARANTES, 2002), que desprende e pulveriza os laços do passado através de ações conscientes, programadas e equivocadas da parceria dos setores públicos e privados com o fim último de se estabelecer um

espetáculo urbano de poucos personagens para selecionados expectadores, via mercantilização da cultura.

¹² Esse objetivo traçado em 1999 não está sendo alcançado, ao contrário, agrava-se sobremaneira, em Diamantina, decorridos 10 anos. A periferia de Diamantina clama por melhores condições de vida, de acordo com nossos questionários.

¹³ Observa-se uma maior atenção destinada ao centro histórico em relação aos demais bairros ou Zonas de Preservação da cidade.

¹⁴ Talvez essa ocupação desordenada seja mais *indesejada* pelos agentes sociais (que não vêm outra saída para sua sobrevivência, a não ser a ocupação de terrenos públicos) que a fizeram do que pelos responsáveis pelo planejamento urbano de Diamantina.

¹⁵ Entrevista do secretário de turismo de Diamantina, Walter Cardoso França Júnior, concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2008.

¹⁶ Entrevista do coordenador do Programa Monumenta em Diamantina, Carlos Emanuel, concedida ao autor em 12 de fevereiro de 2008.

¹⁷ Entrevista do prefeito de Diamantina, Gustavo Botelho Júnior, concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2008.

¹⁸ Visitamos Mendanha, Guinda, Sopa e Extração, na última atividade de campo, a fim de verificar a importância de Diamantina para esses distritos mais próximos à cidade. Identificamos que Mendanha não possui comércio, apenas uma escola, e todos os serviços são prestados por Diamantina, a cerca de 30 Km. Diamantina é central para a sobrevivência da população de Mendanha. Nesse local, os idosos vivem da aposentadoria do INSS e os jovens estudam e trabalham em outros locais (roças). Há apenas, atualmente, uma família que trabalha com a pecuária, próxima ao lugarejo. Distrito de Diamantina,

Guinda sobrevive na órbita da primeira. Área de antigo Serviço, este lugarejo não possui agricultura nem pecuária própria, seguindo a característica de toda a região; distante de Diamantina cerca de 15 Km. Seguindo a mesma estrutura de Guinda e Mendanha, Sopa também é distrito de Diamantina, é um lugarejo pacato, que orbita Diamantina, distante desta cerca de 20 Km. A aproximadamente 8 Km de Diamantina, Extração é outro lugarejo bem semelhante aos anteriores visitados, tanto na implantação do sítio como nas características sócio-econômicas. Com menos de 200 pessoas, a igreja é localizada numa praça central, com as casas no entorno e uma vida um tanto pacata. Diamantina é centralidade para as questões de saúde, compras, serviços diversos e emprego da população local. Segundo depoimento colhido em 17 de fevereiro de 2008, de Maria Aparecida, a residente mais antiga do Distrito, com 86 anos, "Precisamos ir para Diamantina para resolver todo o problema. Antigamente, dava para viver da mineração, mas hoje tá difícil. As mulheres trabalha de doméstica em Diamantina, os homem novo estuda para concurso ou vai para Diamantina.

Já saiu 48 família para outras cidade, hoje é numa média de 90 família. Aqui não tem criação de gado e nem plantação de mantimento. Eu só lamento que os mais antigos, como meu pai e minha mãe não verem o progresso aqui em Guinda (a entrevistada faz menção ao asfalto que chegou ao lugarejo), antes era tudo terra, a maior poeirada. Se você for em Sopa, vai ver a Igreja de lá mais antiga, a nossa é mais nova, foi reconstruída."

¹⁹Entrevista do secretário de turismo de Diamantina, Walter Cardoso França Júnior, concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2008.

²⁰Entrevista do secretário de turismo de Diamantina, Walter Cardoso França Júnior, concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2008.

²¹Entrevista do prefeito de Diamantina, Gustavo Botelho Júnior, concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2008. Entrevista do prefeito de Diamantina, Gustavo Botelho Júnior, concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2008.

Bibliografia

ARANTES, Otília B. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. (orgs.). A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CARLOS, Ana Fani A. Novas contradições do espaço. In: SILVA, J.B; DANTAS, E.W; (orgs.). Panorama da Geografia Brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.

CASTELLS, Manuel. Problemas de investigação em sociologia urbana. Editora Presença, 1975.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática, 2005.

COSTA, Everaldo Batista; OLIVEIRA, Bernadete C. O processo de "banalização pela cenarização" em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes - MG. Belo Horizonte: Revista Geografias / IGC / UFMG, Vol. 4, nº 4, p. 33-56, 2008.

COSTA, Everaldo Batista; SCARLATO, Francisco Capuano. Uma teoria geográfica para a análise da produção socioespacial nas cidades históricas turísticas. Curitiba (PR) / Revista Geografar, Vol. 3, nº 2, p.34-58, 2008.

COSTA, Everaldo. B. A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina. São Paulo: DG/ USP - Dissertação de Mestrado - FFLCH, 2009.

- CRUZ, Rita de C. A. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo: ROCA, 2003.
- CRUZ, Rita de C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. Santa Catarina: Editora da UFSC, Geosul (Revista do Departamento de Geociências), 2005.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- LUCHIARI, Maria T. D.P. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. São Paulo: GEOUSP – Espaço e Tempo, nº 17, 2005.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIG, E; CARLOS, A. F; CRUZ, R. C. (orgs.). Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, M. (org.). Novos rumos da geografia brasileira. Editora Hucitec, 1996.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente. São Paulo: Tese de Livre Docência. FFLCH/USP, 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL. Plano Diretor de Diamantina. Diamantina, 1999.
- SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Rio de Janeiro: Revista Território, IV, nº 6, UFRJ, 1999.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: EdUSP, 2007.
- SCARLATO, Francisco C. Revitalização do Centro Antigo: O Espaço da Memória de São Paulo. In: CARLOS, A. F. CARRERAS, C. Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- SILVA, Fernando F. As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.
- SILVEIRA, Maria Laura. Da Fetichização dos Lugares à Produção Local do Turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri. (org). Turismo.

Trabalho enviado em setembro de 2009

Trabalho aceito em junho de 2010